

# DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO JURÍDICO EM ESCOLA PÚBLICA: EDUCAR PARA TRANSFORMAR

<sup>1</sup>Emilson Pereira dos Reis, <sup>1</sup>Layane Batista de Araújo, <sup>2</sup>Maria Cláudia Barbosa Oliveira, <sup>3</sup>Cecília Maria Resende Gonçalves de Carvalho

<sup>1</sup> Estudantes do Curso de Direito e bolsistas do Pet Integração, <sup>2</sup> Estudante do curso de Nutrição e bolsista do Pet Integração, <sup>3</sup> Orientadora e tutora do Pet Integração, Curso de Nutrição, Universidade Federal do Piauí – UFPI.

## Introdução:

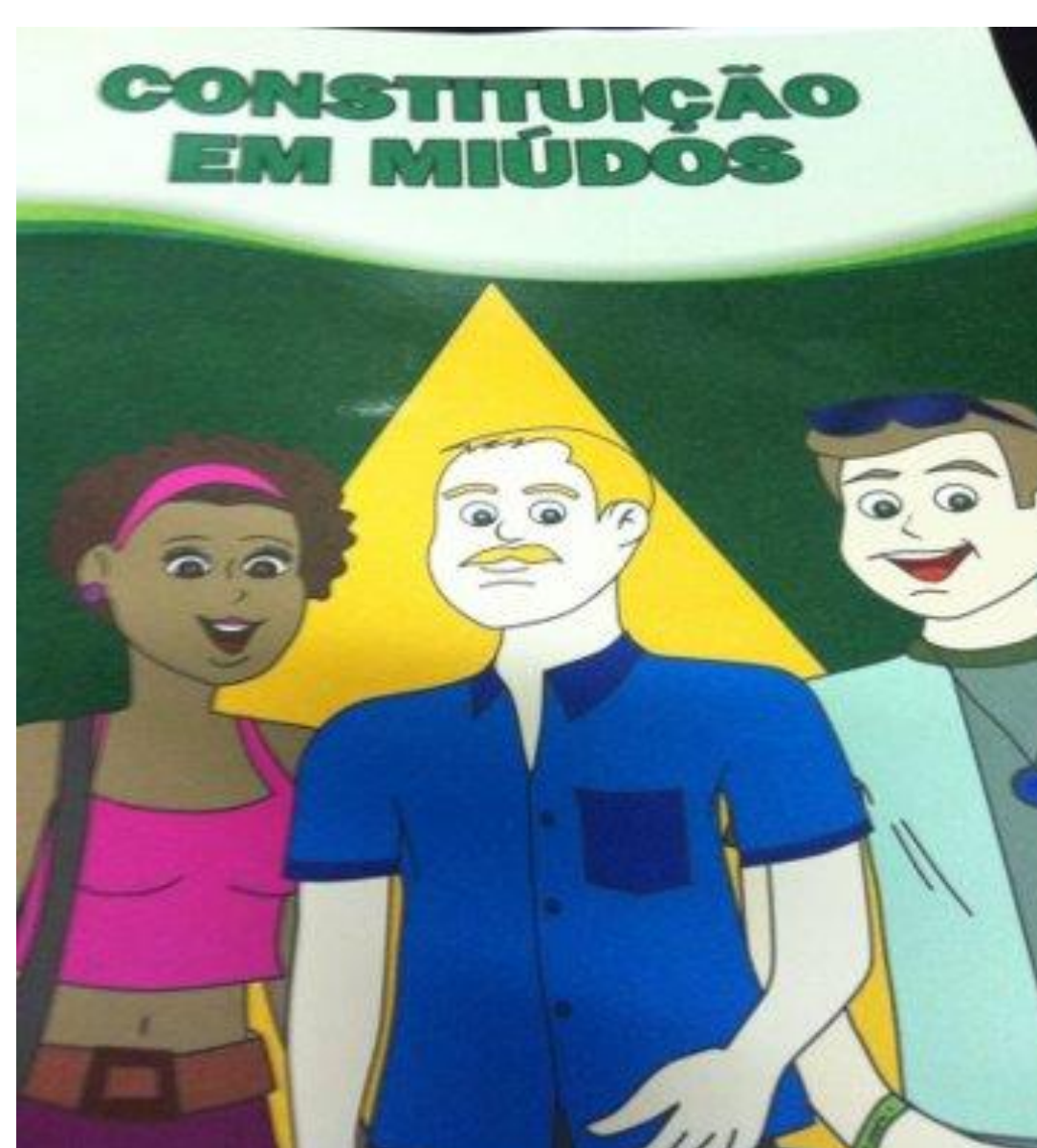
Inegável é o papel transformador do Direito no processo de ensino-aprendizagem de crianças e adolescentes. Educação e Direito devem, inexoravelmente, caminhar juntos na construção de uma sociedade mais inclusiva, igualitária e cidadã, de modo a oportunizar o reconhecimento dessas pessoas como sujeitos e sujeitas de direitos e, também, integrantes duma comunidade sociopolítica. Nesse sentido, o projeto “Educação Jurídica e Nutricional na Escola”, que surgiu no grupo PET (Programa de Educação Tutorial) da Universidade Federal do Piauí, traz encaminhamentos acerca da imprescindibilidade da reflexão do ensino da Constituição Cidadã em escola pública de Teresina-PI.

## Objetivos:

- Democratizar o ensino jurídico em escola pública de Teresina – PI, mormente no que tange às noções Direito e Garantias Fundamentais;
- Despertar ações de cidadania responsável aos jovens escolares;
- Formação de lideranças locais para difusão da Constituição Cidadã.

## Materiais e Métodos:

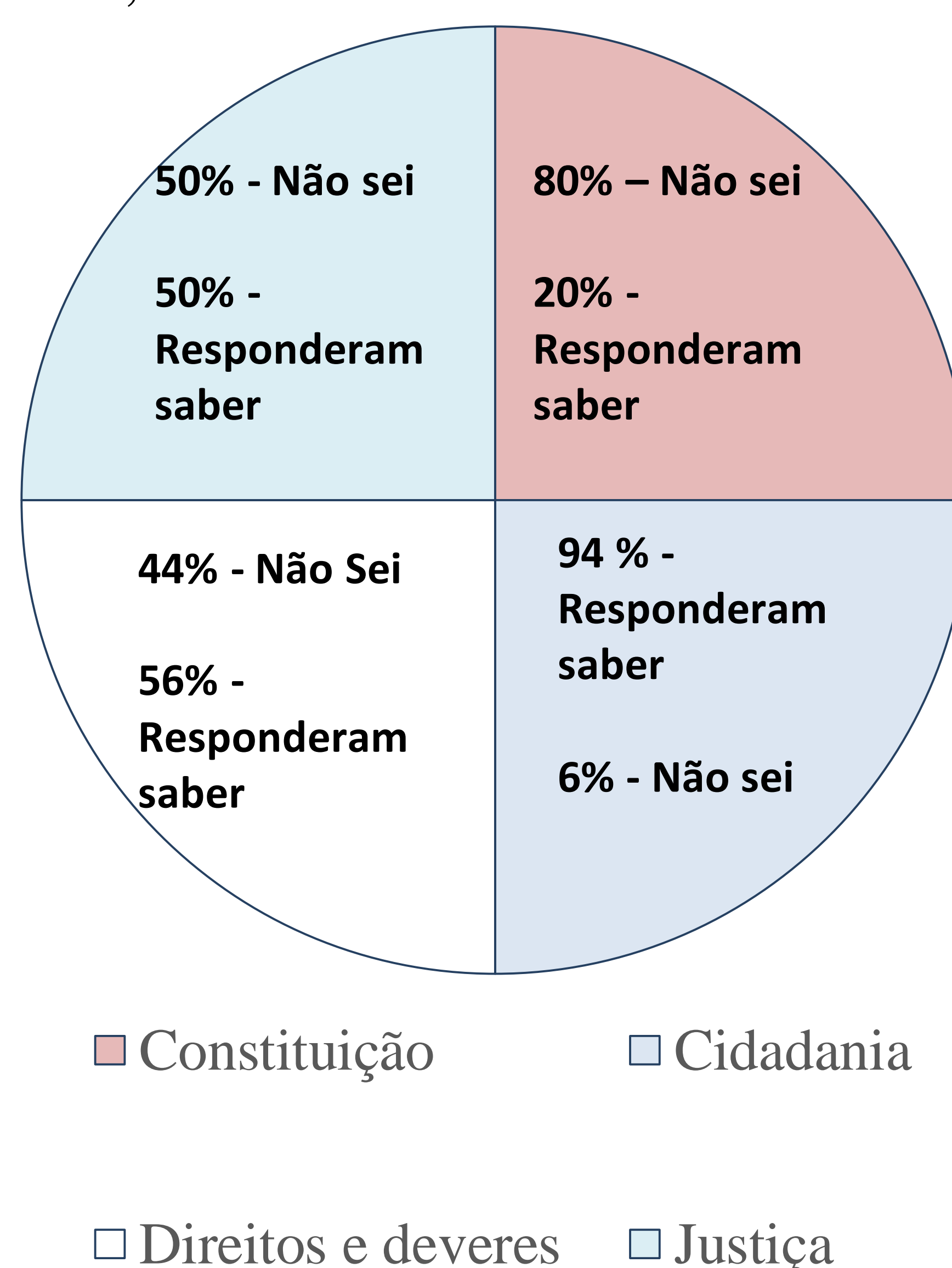
O projeto foi desenvolvido no Centro de Ensino Maria Melo, uma escola estadual de Teresina –PI. Em um primeiro momento, a proposta foi apresentada aos gestores e professores da escola, oportunidade na qual foi discutido seu conteúdo, objetivos e atividades a serem desenvolvidas em sala de aula. Em seguida, os estudantes foram convidados a participarem, voluntariamente, da pesquisa, assinando o termo de Assentimento Livre e Esclarecido. Os encontros aconteciam semanalmente, com dinamicidade, tendo como referência a cartilha Constituição em Miúdos, e a própria Constituição Federal de 1988.



## Resultados e discussões:

A proposta foi bem aceita e todos os escolares mostraram-se interessados em saber quais são seus direitos e deveres enquanto integrantes de uma comunidade política, bem como as múltiplas maneiras de os pleitear. Além disso, o projeto proporcionou uma vasta experiência, marcada pela aproximação entre universitários e escolares. Trata-se da concretização de um novo modelo universitário, pautado na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Sobre o entendimento da Constituição Federal de 1988, os resultados foram este:

**Gráfico 1:** Percentual de respostas dos escolares em relação à compreensão do que sejam **cidadania, constituição, direitos, deveres e justiça**. Teresina, Piauí, 2016.



## Considerações Finais

O projeto em comento vem proporcionando uma troca de saberes incomensuráveis, despontando como instrumento diferenciador na formação de petianos e escolares da rede pública de Teresina. A formação de cidadãos pensantes e críticos da realidade que os cerca, bem como a democratização do ensino jurídico, que perpassasse às barreiras da sala de aula, é imperioso para a feitura de um ensino jurídico emancipador e pluralista.

## Referências:

BARROSO, Luís Roberto Barroso. Curso de direito constitucional contemporâneo; os fundamentos constitucionais e a Constituição do novo modelo. São Paulo: Saraiva. 2015.

BRASIL. Constituição (1998). Constituição da República Federal do Brasil. Brasília, DF, Senado Federal.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e terra, 1996.

WOLKMER, Antonio Carlos. Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura no direito. 3 ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 2001.

## Apoio:



UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO PIAUÍ

